

## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026/NGPR PAE nº E-2026/2596106

#### RESUMO



#### PROMOTOR

**Estado do Pará** | Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural.  
CNPJ nº 07.825.502/0001-09.



#### OBJETO

Contratação de empresa especializada no Fornecimento de **máquinas pesadas da linha amarela, tratores, implementos agrícolas, equipamentos náuticos, kits de irrigação e ferramentas agrícolas.**



#### MÉTODO DE DISPUTA

☒ Aberto e fechado



#### CRITÉRIO DE JULGAMENTO

☒ Menor preço



#### ENTREGA

Forma Em parcela única.

Prazo **30 dias corridos** após a emissão da nota de empenho.

Local **Rua da Pedreirinha, S/N, CEP:67.110-280 (referência: ao lado da EMEF Prof. Lúcia Wanderley), em horário comercial das 09:00 às 17:00hrs.**

#### VALOR TOTAL

orçamento sigiloso.

#### REAJUSTE

Período **A cada 12 meses**, a contar da assinatura do contrato



#### PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

#### ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data 12/05/2026.

Hora 10:00hrs (horário de Brasília).



Local UASG – 925850 – NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL Portal de Compras do Governo Federal.

[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

## REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

### CLÁUSULA 1

#### Promotor do pregão

O promotor deste pregão é o **Estado do Pará**, por intermédio de NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL, CNPJ nº 07.825.502/0001-09, com sede na Travessa Apinagés, nº 270 Batista Campos, Belém – Pará CEP. 66.033-170, neste ato representado pelo Sr. Felipe Coelho Picanço, Gerente Executivo.

### CLÁUSULA 2

#### Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a **Lei Federal nº 14.133/21**, **Decreto Estadual nº 2.937/2023**, **Decreto Estadual nº 3.037/2023** e **Lei Complementar Federal nº 123/06**, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

### CLÁUSULA 3

#### Objeto

**3.1 O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada no fornecimento de máquinas pesadas da linha amarela, tratores, implementos agrícolas, equipamentos náuticos, kits de irrigação e ferramentas agrícolas, para atender às demandas do Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual ADERE a este documento para todos os fins.**

**3.2 Os Itens a serem licitados são os seguintes itens descritos no TR:**

ANEXO I

Ítem	CD SI-MAS	CATMAT	Descrição	Und	Quant	Valor unit R\$	Total
1			<b>PÁ CARREGADEIRA 0 HORA DE TRABALHO</b> , com motor alimentado a Diesel; potência bruta mínima de 115 HP; peso operacional mínimo de 10.000 kg; caçamba dentada com capacidade mínima de 1,8 m <sup>3</sup> ; força de desagregação da caçamba mínima de 93 kN; tanque de combustível de no mínimo 145 litros; direção hidrostática/hidráulica; alarme de ré sonoro; retrovisor; limpador de para-brisas; faróis dianteiros e traseiros; horímetro; cinto de segurança, O equipamento deverá possuir <b>garantia mínima de fábrica</b> , conforme política do fabricante, Deverá ser assegurada <b>assistência técnica autorizada em todo o território nacional</b> , com disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico durante o período de garantia.	UND	2	R\$	R\$
2			<b>RETROESCAVADEIRA 0 HORA DE TRABALHO</b> Potência Operacional Mínima: 85 HP, Capacidade Mínima Carregadeira: 0,9 M <sup>3</sup> , Capacidade Mínima Escavadeira: 0,2 M <sup>3</sup> , Tração: 4 X 4, Motorização: Diesel, O equipamento deverá atender às normas técnicas e de segurança vigentes, Serão aceitas máquinas de qualquer marca ou modelo, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas, vedada a indicação de marca, em conformidade com o art. 41 da Lei nº 14.133/2021, O fornecimento deverá incluir manuais, garantia do fabricante e demais itens necessários à plena operação do equipamento, O equipamento deverá possuir <b>garantia mínima de fábrica</b> , conforme política do fabricante, Deverá ser assegurada <b>assistência técnica autorizada em todo o território nacional</b> , com disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico durante o período de garantia.	UND	1	R\$	R\$

3			<p><b>TRATOR AGRÍCOLA DE RODAS PLATAFORMADO 75CV.</b> zero hora de trabalho, Ano de fabricação 2025 ou superior, com as seguintes características mínimas de trabalho: motor mecânico ou eletrônico de potência 75 cv a 1.500 rpm, mínimo 3 cilindros, à diesel, tomada de potência independente com mínimo de 540rpm, transmissão com 8 velocidades a frente e 2 a ré, direção hidráulica eixo dianteiro tipo 4x4, rodados dianteiros de 12.4 x 24 r1 e traseiros de 18.4 x 30 r1, capacidade de levantar do sistema hidráulico de no mínimo 2200 kgf, mínimo de 2 válvulas para controle remoto. O equipamento deverá possuir <b>garantia mínima de fábrica</b>, conforme política do fabricante, Deverá ser assegurada <b>assistência técnica autorizada em todo o território nacional</b>, com disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico durante o período de garantia.</p>	UND	8	R\$	R\$
4			<p><b>TRATOR AGRÍCOLA DE RODAS PLATAFORMADO 75CV, COM PLAINA AGRÍCOLA DIANTEIRA.</b> zero hora de trabalho, Ano de fabricação 2025 ou superior, com as seguintes características mínimas de trabalho: motor mecânico ou eletrônico de potência 75 cv a 1.500 rpm, mínimo 3 cilindros, à diesel, tomada de potência independente com mínimo de 540rpm, transmissão com 8 velocidades a frente e 2 a ré, direção hidráulica eixo dianteiro tipo 4x4, rodados dianteiros de 12.4 x 24 r1 e traseiros de 18.4 x 30 r1, capacidade de levantar do sistema hidráulico de no mínimo 2200 kgf, mínimo de 2 válvulas para controle remoto; com plaina agrícola dianteira instalada e compatível com o trator, largura de operação com o mínimo 2.400mm, regulagem de inclinação vertical e horizontal. todos os implementos deverão ser entregues devidamente montados, O equipamento deverá possuir <b>garantia mínima de fábrica</b>, conforme política do fabricante, deverá ser assegurada <b>assistência</b></p>	UND	2	R\$	R\$

			<b>técnica autorizada em todo o território nacional</b> , com disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico durante o período de garantia.				
5			<b>GRADE ARADORA</b> , com 14 discos de 26 polegadas por 6.000mm, para trator de 75 a 100cv. todos os implementos deverão ser entregues devidamente montados.	UND	2	R\$	R\$
6			<b>GRADE ARADORA MECANIZADA (controle remoto)</b> , com 14 discos de 26 polegadas por 6.000mm, para trator de 75 a 100cv. todos os implementos deverão ser entregues devidamente montados	UND	16	R\$	R\$
7			<b>GRADE NIVELADORA CONTROLE REMOTO</b> de 28 discos de 22" de 4,5 mm Espaçamento entre discos 175mm, Sistema de acionamento/regulagem: controle remoto, Estrutura metálica reforçada, adequada para operação contínua em atividades agrícolas, Compatibilidade mínima: trator agrícola com potência mínima recomendada de 75 HP, ou conforme especificação do fabricante, desde que igual ou superior.	UND	1	R\$	R\$
8			<b>PLANTADEIRA</b> , Plantadeira Adubadeira de Linha 4 linhas Com Disco Duplo 13" x 13" ou haste sulcadora para o adubo, Roda de sustentação de ferro ou de borracha, Discos cobridores ou hastes cobridoras, Transmissão com corrente de rolos – industrial, Ajuste da pressão das linhas sobre o solo, Sistemas de adubo montados no chassi, Marcadores de linha, com ou sem alavanca, Depósitos de polietileno com capacidade mínima de 50kg para adubo cada e semente 34 litros cada, resistentes à corrosão, Chassi 2800(mm),potência mínima exigida do motor:60cv, suporte de engate ao trator: catII. O implemento deverá ser entregue devidamente montado, O equipamento deverá possuir <b>garantia mínima de fábrica</b> , conforme política do fabricante, deverá ser assegurada <b>assistência técnica autorizada em todo o território nacional</b> , com disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico durante o período de garantia.	UND	1	R\$	R\$
9			<b>LANCHA CABINADA MOTOR 60HP</b> , Embarcação em alumínio de liga naval, soldada em chapa naval 5052H34 de 4,0mm no fundo e 3mm nas laterais medindo 7,00 m de comprimento, 1,90m de boca com pontal de 0,60cm, com borda	UND	3	R\$	R\$

			<p>tipo flutuante, com casaria em alumínio naval, com vidro temperado 6mm na parte frontal e nas laterais em janela de correr com vidro temperado 6mm, banco na popa com assento e encosto estofado 100mm de espessura, 06 poltronas almofadadas já instaladas, sistema de flutuação em PU expandido embutido, banco porta tanque, 07 perfis estruturais longitudinais de 25,4x3mm no fundo, 09 perfis U transversais, 02 perfis quebra onda em alumínio naval no costado, cantoneiras em alumínio naval, perfis de borda e reforços em alumínio naval, com console ergonômico em PRFV, 2 corrimão em tubo inox 1", liga 316, fixado nas bordas laterais, 02 guarda mancoço em tubo 1" aço inox liga 316, kit de direção instalado composto de: cabo de direção, bezel, caixa de direção, big T tipo engate rápido e, volante, instalação elétrica em cabos estanhados, painel de comandos elétricos a prova d'água instalado no console, luzes de navegação na proa e popa em led, com chave liga/desliga no painel, bomba de porão capacidade 3800lts/hora com automático, mangueira e saída de água, caixa p/bateria, altura do espelho de popa compatível com motor, 02 reforços no costado e fundo onde será instalado motor, 04 amarradores, castelo de proa, pintura interna e externa com tinta P.U tanque de combustível para 75 litros com boia medidora, com painel elétrico de 06 botões, bomba de porão 2500gph com automático, bateria de 75A, farol de 2 cilímbrio, luz de navegação, 04 luzes cortesia motor de popa de 60HP 4 tempos, 04 cilindros, rabeta 20" a gasolina pura sem mistura de óleo, 08 válvulas, 996cc cilindradas mínimas, power trim, partida elétrica com comando a distância.</p>				
10			<p><b>LANCHA COM MOTOR 60HP</b>, Barco em alumínio naval, soldado pelo processo MIG e TIG, confeccionado em chapa de alumínio naval liga 5052H34 de 3,17mm de espessura, medindo 6m de comprimento, com 0,52m de borda alta e 1,50m de boca, capacidade de 6 pessoas, com 03 bancos transversais com sistema de flutuação em</p>	UND	1	R\$	R\$



			P.U. expandido embutido, 01 banco porta tanque, 05 perfis estruturais longitudinais de 25,4x3mm em alumínio naval no fundo, 09 perfis U transversais, 02 perfis quebra onda em alumínio naval no costado, cantoneiras em alumínio naval, perfis de borda e reforços em alumínio naval, com console ergonômico em PRFV, 2 corrimão em tubo inox 1", liga 316, fixado nas bordas laterais, 02 guarda mancebo em tubo 1" aço inox liga 316, kit de direção instalado composto de: cabo de direção, bezel, caixa de direção tipo engate rápido e, volante, instalação elétrica em cabos estanhados, painel de comandos elétricos a prova d'água instalado no console, luzes de navegação na proa e popa em led, com chave liga/desliga no painel, bomba de porão capacidade 3800lts/hora com automático, mangueira e saída de água, caixa p/bateria, capota retrátil com tubos de 1" em aço inox liga 316 e cobertura em tecido náutico impermeável, altura do espelho de popa compatível com motor, 02 reforços no costado e fundo onde será instalado motor, 04 amarradores, castelo de proa, pintura interna e externa com tinta P.U. nas cores(escolhidas pela contratante), 2 logomarcas afixadas nas laterais (fornecidas pela contratante), equipado com motor de popa de 60 HP, 03 cilindros (no mínimo), refrigerado à água, partida elétrica e manual, comando remoto, 02 cabos de comando, instalado, haste de ligação em inox, tanque de combustível, chave e cópia, corta circuito, bateria 60A instalada, kit de instalação elétrica com chave geral e capota marítima.				
11			<b>MOTOR DE POPA 6,5HP COM RABETA LONGA</b> , Rabeta longa com 2,20 m fabricada com tubo em aço carbono e flange em alumínio fundido, motor à gasolina, de 4 tempos, mínimo de 6,5 HP, partida manual, com hélices de 3 pás.	UND	300	R\$	R\$
12			<b>KITS DE IRRIGAÇÃO, 1) Bomba submersa tipo Palito ou Caneta de 1/2 CV de 127 V</b> , com 3.450 rpm, vazão de 1 a 3 m3/h - Monofásica. Com voltagem de 127 Função: transferência, Potência de 370 w, Velocidade do motor 3.450 rpm, O fluxo máximo de água é	KIT	26	R\$	R\$



			de 3.500l/H, inclui cabo de alimentação, O comprimento do cabo de alimentação é de 1.5m, Nível mínimo de água: 11m, sua imersão máxima é de 57m, Potencia 370w; 01 unidade, <b>2) Tubo azul PVC de 50 mm</b> , soldável, vara de 6,0 metros, PN80,11 unidades, <b>3) Tubo PVC de 32 mm (1")</b> soldável para a saída da bomba, Vara de 6,0 metros, PN 60, 05 unidades, <b>4) Curva PVC de 32 mm</b> 01 unidade, <b>5) Redução 50 para 32 mm soldável</b> 01 unidade, <b>6) Registro de 32 mm</b> 01 unidade, <b>7) Mangueira gotejadora de 16 mm</b> , espaçadas de 30 x 30 cm, com vazão mínima de 1,6 litros/h - Rolo de 1.000 metros, 01 rolo, <b>8) Inicial com registro e porca</b> para conexão da fita de 16 mm, 20 unidades, <b>9) Chula bilabial de 16 mm</b> para conexão da inicial. 20 unidades, <b>10) Final de linha de 16 mm</b> , 20 unidades, <b>11) Filtro de disco Y de 1,0'</b> vazão de 3.000l. H 120 mesch, 01 unidade.				
13			<b>CARRO DE MÃO 60 L</b> , com caçamba em chapa de aço galvanizado, capacidade de 60 litros, estrutura metálica com pintura eletrostática na cor preta, 1 roda com pneu e câmara de ar 3,25 x 8 polegadas, indicado para transporte manual de materiais diversos. Dimensões aproximadas: 610 x 620 x 1.600 mm.	UND	1.000	R\$	R\$
14			<b>ENXADA TIPO CATARINA 1,5</b> , com lâmina em aço de alta resistência, cabo em madeira natural com comprimento aproximado de 130 cm, indicada para serviços de capina, preparo e revolvimento do solo.	UND	1.000	R\$	R\$
15			<b>BOTA DE BORRACHA TIPO GALOCHA</b> , cano médio, em PVC impermeável, solado antiderrapante, classificada como EPI, com Certificado de Aprovação (CA) válido, indicada para proteção dos pés contra umidade e agentes leves. (Numeração a ser solicitada conforme demanda).	UND	1.000	R\$	R\$
16			<b>ENXADÃO ESTREITO 2,5</b> , com lâmina em aço de alta resistência, indicado para serviços de escavação, abertura de valas e revolvimento de solo compacto. Cabo em madeira resistente, com comprimento aproximado de 130 cm.	UND	1.000	R\$	R\$

17			<b>ANCINHO REFORÇADO CURVO</b> , com 14 dentes em aço resistente, indicado para serviços de jardinagem, limpeza, nivelamento e ajuntamento de resíduos. Possui cabo em madeira resistente, proporcionando maior durabilidade.	UND	1.000	R\$	R\$
18			<b>FACÃO COM LÂMINA EM AÇO CARBONO</b> , comprimento aproximado de 14 polegadas, indicado para serviços de corte, limpeza de vegetação e atividades rurais em geral	UND	1.000	R\$	R\$
19			<b>CAVADOR ARTICULADO MÉDIO</b> , com estrutura metálica reforçada, lâminas em aço de alta resistência e sistema articulado para maior eficiência na escavação. Indicado para abertura de covas, plantio de mudas, postes e serviços agrícolas ou de manutenção em geral.	UND	1.000	R\$	R\$
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>			

**3.3** A licitação observará o seguinte:

**Divisão em itens**, conforme tabela do [item 3.2](#) deste edital;

**3.3.1** O **LICITANTE**, provisoriamente classificado em primeiro lugar **DEVERÁ NO MOMENTO DA HABILITAÇÃO APRESENTAR CATÁLOGO OU FOLDERS DO FABRICANTE PARA AFERIÇÃO DE COMPATIBILIDADE**, considerando que a verificação dos itens tem como objetivo, garantir a qualidade dos produtos verificando as especificações e parâmetros direcionado na descrição dos produtos.

**3.3.1.1** Não serão aceitas ofertas de produtos sem embalagens ou em condições diferentes das solicitadas.

**3.3.2** A entrega da amostra/catálogo/folder (**caso solicitada**) poderá ocorrer no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da notificação através do chat, sob pena de desclassificação da proposta comercial apresentada, caso não sejam entregues no prazo estipulado, sendo convocada a **LICITANTE** remanescente na ordem de classificação para apresentação da amostra/catálogo/folder.

**3.3.3. CASO A LICITANTE SEJA DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO, SERÁ CONSIDERADA A DATA DA POSTAGEM, PARA CONTAGEM DO PRAZO DE ENVIO DAS REFERIDAS AMOSTRAS (Se for o caso de entrega de amostra).**

**3.3.4 A amostra/catálogo/folder (caso solicitada) deverá ser idênticas as especificações constantes no Termo de Referência e serão entregues no NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL, Localizado na Travessa Apinagés, nº 270, Bairro: Batista campos, Cep: 66033-170, Belém-Pa.**

**3.4** Caso sejam aprovados, as respectivas amostras serão retidas para conferência do recebimento por comparação, e serão descontados da quantidade total da primeira ordem de fornecimento.

**3.5** Não serão aceitas ofertas de produtos sem embalagens ou em condições diferentes das solicitadas.

**3.6 O LICITANTE poderá resgatar a amostra (em caso de reprovação), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados após a notificação no chat, no setor Almoxarifado do Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural, de 9h às 15h.**

## **CLÁUSULA 4**

---

### **Condições para participar da licitação**

**4.1** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**4.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2** O **LICITANTE** se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do promotor por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

**4.3** É de responsabilidade do **LICITANTE** conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

**4.4** A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do **LICITANTE** por descumprimento do dever constante no item anterior.

**4.5.** Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

**4.6** Não poderão disputar esta licitação:

- a. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- d. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da **Lei Federal nº 6.404/76**, concorrendo entre si;
- g. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

**4.7** É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

**4.8** Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**4.9** O impedimento de que trata a **alínea d do item 4.6** será também aplicado ao **LICITANTE** que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do **LICITANTE**.

**4.10** Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.11** As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

**4.12** O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

**4.13** A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## CLÁUSULA 5

### Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

**5.1** A licitação terá as seguintes fases:



**5.2** Os **LICITANTES** encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, **até a abertura da sessão pública.**

**5.3 NO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL, o LICITANTE declarará em campo próprio que:**

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e. Se o **LICITANTE** for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no **art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.**

**5.4** As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no **art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06** e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus **arts. 42 a 49**, observado o disposto no **art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.**



**5.4.1** Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

**5.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o **LICITANTE** se beneficie do tratamento favorecido previsto na **Lei Complementar nº 123/06**, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**5.5** A realização de declarações falsas nos **itens 5.3** e **5.4** sujeitará o **LICITANTE** às sanções previstas na **Lei Federal nº 14.133/21** e neste Edital.

**5.6** Os **LICITANTES** poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

**5.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo **LICITANTE**. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

**5.8** Os documentos que compõem a proposta dos **LICITANTES** convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

**5.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o **LICITANTE** poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo **LICITANTE** durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo **LICITANTE** no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo **LICITANTE** no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

**5.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais **LICITANTES** e para o **promotor**, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

**5.12** **CABERÁ AO LICITANTE ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE O PROCESSO LICITATÓRIO E SE RESPONSABILIZAR PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE MENSAGENS EMITIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO OU DE SUA DESCONEXÃO.**

**5.13** O **LICITANTE** deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **CLÁUSULA 6**

### **Preenchimento da proposta**

**6.1** O **LICITANTE** deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a. valor do item.
- b. Marca.
- c. Fabricante.

- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

**6.2** O **LICITANTE** está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

**6.3** Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4** Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do **LICITANTE** e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

**6.5** Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.6** A apresentação das propostas obrigam a cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

**6.7** Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o **LICITANTE** que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

**6.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.9** Os **LICITANTES** devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a. Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do **art. 71, IX, da CF/88**; e/ou
2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## CLÁUSULA 7

### Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

**7.1** A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2** A proposta que identifique o **LICITANTE** será desclassificada.

**7.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.4** A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

**7.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

**7.6** Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

**7.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **PREGOEIRO** e os **LICITANTE**.

**7.8** Iniciada a fase de lances, os **LICITANTES** deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.9** O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

**7.9.1** O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada no fornecimento de um máquinas pesadas da linha amarela, tratores, implementos agrícolas, equipamentos náuticos, kits de irrigação e ferramentas agrícolas, para atender às demandas do Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual **ADERE** a este documento para todos os fins. Ofertado pelo valor total do ITEM.

**7.10** Os **LICITANTES** poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**7.11** O **LICITANTE** somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

**7.12** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos **LICITANTES** será de R\$1,00 (um real).

**7.13** O **LICITANTE** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**7.14** O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Aberto e fechado</b>	<p>a. No modo de disputa <b>aberto e fechado</b>, os <b>LICITANTES</b> apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse tempo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, a partir daí, será aleatoriamente determinado um tempo de até 10 minutos para envio de</p>

lances. Terminado este prazo adicional, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

- c. Encerrado o prazo previsto na alínea anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superior àquela possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de 5 minutos. Este lance será *sigiloso* até o encerramento do prazo de 5 minutos.
- d. No procedimento de que trata a alínea anterior, o **LICITANTE** poderá manter o seu último lance da etapa aberta ou ofertar um lance melhor.
- e. Não havendo pelo menos 3 ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer um lance final e fechado no prazo de 5 minutos. Durante este prazo, o lance terá caráter *sigiloso*.

**7.15** Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.16** Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

**7.17** Durante o transcurso da sessão pública, os **LICITANTES** serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do **LICITANTE**.

**7.18** No caso de desconexão com o **PREGOEIRO** durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos **LICITANTES** para a recepção dos lances.

**7.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o **PREGOEIRO** durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente

após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo **PREGOEIRO** aos **LICITANTES**, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20** Caso o **LICITANTE** não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

**7.21.1** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

**7.21.2** A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

**7.21.3** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais **LICITANTES** ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

**7.21.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.



**7.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.23** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

**Disputa final**

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

**Avaliação do desempenho contratual prévio**

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

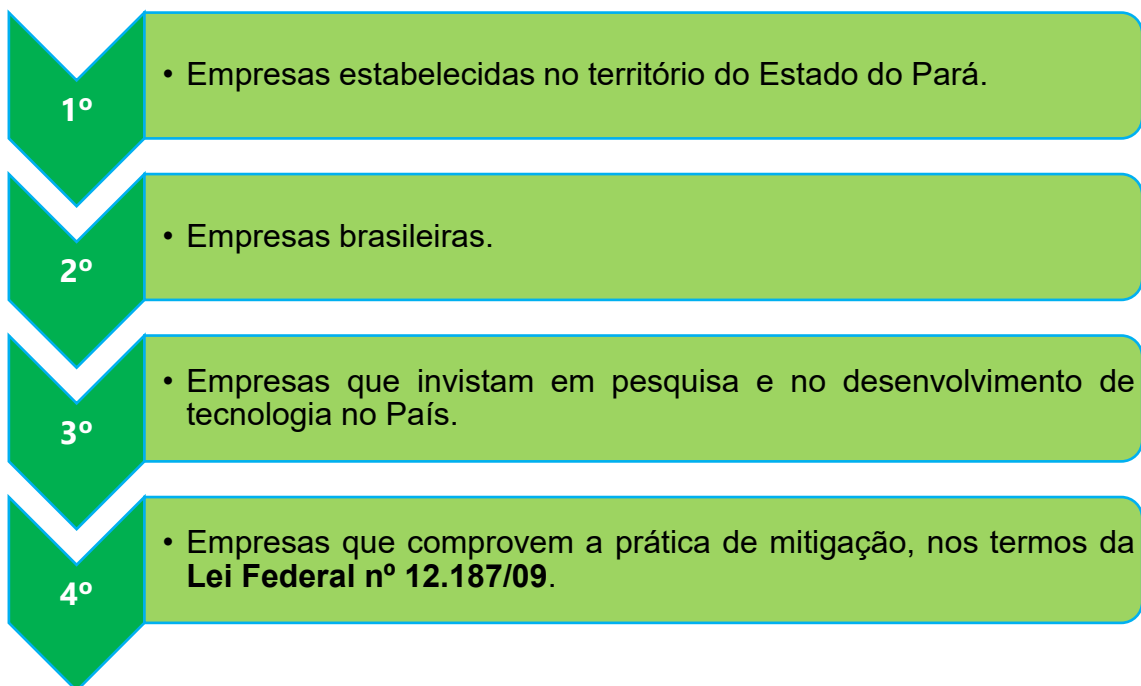
**Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho**

Conforme regulamento.

**Desenvolvimento de programa de integridade**

Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.25 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o **PREGOEIRO** poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.26 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais **LICITANTES**, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais **LICITANTES**.

7.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os **LICITANTES** e anexo aos autos do processo licitatório.

7.29 O **PREGOEIRO** solicitará ao **LICITANTE** mais bem classificado que, **NO PRAZO DE 2 HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado

após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

**7.30 É FACULTADO** ao **PREGOEIRO** prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, **A PARTIR DE SOLICITAÇÃO FUNDAMENTADA FEITA NO CHAT PELO LICITANTE**, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

**7.31** Após a negociação do preço, o **PREGOEIRO** iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **CLÁUSULA 8**

### **Julgamento das propostas**

**8.1** Encerrada a negociação do preço, o **PREGOEIRO** verificará se o **LICITANTE** provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no **art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21**, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa **LICITANTE** e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do **art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92**.

**8.3** Caso a consulta mostre **ocorrências impeditivas indiretas**, o **PREGOEIRO** verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O **LICITANTE** será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o **LICITANTE** será julgado inabilitado.

**8.4** O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do **LICITANTE** participar.

**8.5** Caso o **LICITANTE** provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o **PREGOEIRO** verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

**8.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o **PREGOEIRO** examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

- e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

**8.8** É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o **PREGOEIRO** investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a. Verificação se o custo do **LICITANTE** ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

**8.9** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexecuibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

**8.10** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos [itens 8.8](#) e [8.9](#), a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d. Será exigida garantia adicional do **LICITANTE** vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.11** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o **LICITANTE** poderá ser notificado para comprovar a executabilidade da proposta.

**8.12** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de **planilha de custos e formação de preços** elaborada pela Administração, o **LICITANTE** classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.12.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o **LICITANTE** vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global e empreitada integral, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**8.13** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo **LICITANTE** no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**8.13.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**8.13.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.14** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.15 CASO O TR EXIJA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA/CATÁLOGO/FO-  
DER, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme  
ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.**

**8.16** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os **LICITANTES** e interessados.

**8.17** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.18** A proposta do **LICITANTE** será recusada nos seguintes casos:

- a. Não entrega ou entrega atrasada da amostra, **caso solicitado** sem que tenha havido justificativa aceita pelo **PREGOEIRO**; ou
- b. Entrega da amostra no prazo (caso solicitada), mas fora das especificações previstas no TR.

**8.19** Se a amostra (caso solicitada) apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o **PREGOEIRO** analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

## **CLÁUSULA 9**

### **Habilitação**

**9.1** Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do **LICITANTE**.

**9.2** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



**9.3** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.4** Se o **LICITANTE** vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no **Decreto Federal nº 8.660/16**, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.5** Não será permitido o consórcio de empresas.

**9.6.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

**9.7** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na **Lei Federal nº 14.133/21**.

**9.8** **SERÁ VERIFICADO se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.**

**9.9** **SERÁ VERIFICADO se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.**

**9.10** **O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA LEGISLAÇÃO, CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.**

**9.11** A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

**9.11.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital o quando a lei expressamente o exigir.

**9.12** A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo **PREGOEIRO** constitui prova para fins de habilitação.

**9.13** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [no mínimo, 2 horas], prorrogável por igual período, contado da solicitação do **PREGOEIRO**.

**9.14** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao **LICITANTE** vencedor.

**9.15** Se o **LICITANTE** não atender às exigências para habilitação, o **PREGOEIRO** examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.14.

**9.16** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo **LICITANTE** e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b. **Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.**

**9.17** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.18** Se o **LICITANTE** não atender às exigências para habilitação, o **PREGOEIRO** examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a

apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

**9.19** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do **LICITANTE** cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

**9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.**

## **9.21. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**9.21.1.** Documentação de Habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

**9.21.2.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**9.21.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de julho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.21.4.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve

fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**9.21.5.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**9.21.6.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**9.21.7.** Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.21.8.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.21.9.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

**9.21.10.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

**9.21.11.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto Estadual nº 534, de 2020.

**9.21.12.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo, de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

**9.21.13.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**9.21.14.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.21.15.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.21.16.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.22. Habilitação Jurídica:**

**9.22.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.22.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**9.22.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**9.22.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**9.22.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**9.22.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

**9.22.7.** No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 7.775, de 4 de julho de 2012;

**9.22.8.** No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**9.22.9.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**9.22.10.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**9.23. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**9.23.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.23.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.23.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.23.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.23.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.23.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.23.7.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



**9.23.8.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**9.24. Qualificação Econômico-Financeira:**

**9.24.1.** Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**9.24.2.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis DOS 2 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa e regular situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação, devidamente assinados pelo representante legal e contador, acompanhado do CHP - Certidão de Habilitação Profissional do contador;

**9.24.3.** No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro;

**9.24.4.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**9.24.5.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

**9.24.6.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**9.24.7.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Prazo}}$$



$$\begin{array}{l} \text{SG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circu-}}{\text{lante}} \\ \text{LC} = \frac{\text{Ativo Total}}{\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circu-}}{\text{lante}}} \end{array}$$

## 9.25. Qualificação Técnica:

**9.25.1.** Comprovação de aptidão (Atestado de Capacidade Técnica), para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com os itens pertinentes, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**9.25.1.1.** Entende-se por características compatíveis com o objeto desta licitação o fornecimento dos produtos similares.

**9.25.2.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**9.25.3.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

**9.25.4.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**9.25.5.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração

pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.25.6.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.25.7.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.25.8.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**9.25.9.** No item não exclusivo a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, será realizada nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos **arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006**, e no **art. 8º da Lei Estadual nº 8.417, de 2016**, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.25.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **9.26. DO PAGAMENTO**

**9.26.1.** Para efeito de faturamento dos dispêndios realizados com o objeto do presente procedimento, deverá o licitante vencedor realizar as seguintes condutas:

- a) Emissão de Nota Fiscal ou Fatura para cada solicitação realizada, devendo conter a discriminação detalhada de cada item/serviço constitutivo da solicitação.
- b) O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE mediante a entrega da Fatura, em 02 (duas) vias, no local indicado pela CONTRATANTE.
- c) O não encaminhamento da fatura ao órgão ou entidade contratante, por culpa exclusiva do licitante vencedor, até os 05 (cinco) primeiros dias úteis do mês

subsequente àquele em que se realizou a solicitação, impossibilitará o processamento dessa fatura, ficando a execução financeira da mesma para o mês posterior, sem que isso implique juros, mora ou outras sanções para o ente administrativo.

d) O pagamento será condicionado à verificação da manutenção das condições de habilitação.

e) A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue à CONTRATANTE, acompanhada do detalhamento do valor unitário dos itens/serviços, bem como o valor correspondente da taxa de gerenciamento, devidamente separado do valor do outro item/serviço e o valor correspondente a impostos, seguros, fretes, transporte, tributos, taxas, contribuições fiscais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o valor proposto para a prestação do serviço.

f) Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a Nota Fiscal/Fatura será devolvida à CONTRATADA pelo Fiscal do Contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

g) O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo da prestação do serviço pela CONTRATADA.

h) A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se a prestação dos serviços estiver em desacordo com as especificações constantes na ordem de serviço.

**9.2.** A CONTRATADA deverá encaminhar, junto com a Nota Fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;

b) Certidão negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias;

c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

d) Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

e) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual;

f) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal.

**9.3.** O atesto da Nota Fiscal será efetuado no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados do recebimento definitivo do material pelo responsável pela fiscalização do contrato.

**9.4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Ação	PI

## CLÁUSULA 10

### Adjudicação e homologação

**10.1** O objeto da licitação será adjudicado ao **LICITANTE** declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

**10.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## CLÁUSULA 11

### Recursos

**11.1** A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de **LICITANTE**, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no **art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21**.

**11.2** O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

**11.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do **LICITANTE**, deve-se observar o seguinte:

- a. De acordo com a IN SEGES/ME nº 73/2022, Art. 40. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor. **SERÁ DADO O PRAZO DE 10 (DEZ) MINUTOS PARA REGISTRO DE INTENÇÃO DE RECURSO A TODOS OS LICITANTES, NO MOMENTO OPORTUNO E CONFORME FASE DA LICITAÇÃO; E**

- b. O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**11.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6** Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais **LICITANTES** será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

**11.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

**11.10** Os autos do processo administrativo permanecerão acessíveis aos interessados no Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural, e poderá ser solicitado através de email: [gaf.pararural@gmail.com](mailto:gaf.pararural@gmail.com) nos dias úteis, no horário de 09h as 15h.

## CLÁUSULA 12

### Infrações e sanções administrativas

**12.1** Constituem infrações administrativas do **LICITANTE** a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo <b>PREGOEIRO</b> durante o certame;	
b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:	<b>Multa</b>
1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;	0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;	e
3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;	<b>Impedimento de licitar e contratar*</b>
4. Deixar de apresentar amostra;	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i> ”.
5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;	
c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,	

quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f. Fraudar a licitação;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 1. Agir em conluio ou contra a lei;
  - 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Multa**

15% a 30% do valor do contrato licitado.

e

**Declaração de inidoneidade  
para licitar e contratar**

**12.2** As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do **LICITANTE** ou adjudicatário.

**12.3.** As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

**12.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.



- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.5** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.6** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

**12.7** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.8** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

**12.9** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no **art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21**.

**12.10** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na **alínea c do item 12.1**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do **PROMOTOR**.

**12.11** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o **LICITANTE** ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.12** Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.13** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

**12.14** O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.15** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

**12.16** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **CLÁUSULA 13**

### **Impugnação ao edital**

**13.1** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da **Lei Federal nº 14.133/21** ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**13.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

**13.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, através do email: [gaf.pararural@gmail.com](mailto:gaf.pararural@gmail.com)

**13.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

**13.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no **Decreto Estadual nº 2.940, de 2023**.

## **CLÁUSULA 14**

### **Disposições finais**

**14.1** A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

**14.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **PREGOEIRO**.

**14.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**14.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os **LICITANTES**, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6** Os **LICITANTES** assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**14.8** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do **LICITANTE**, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.10** **EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS DISPOSIÇÕES DESTES EDITAIS E DE SEUS ANEXOS, TERMO DE REFERÊNCIA, DESCRITIVO INDICADO NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR OU DEMAIS PEÇAS QUE COMPÕEM O PROCESSO, PREVALECERÁ SEMPRE AS NORMAS DOS EDITAIS.**

**14.11** O edital está em acordo com o modelo padronizado e disponibilizado pela **Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE**. Desta forma, abrange todo e qualquer objeto a ser licitado. **Qualquer item deste edital que esteja detalhado e específico com objeto diverso, favor desconsiderar.**

**14.12** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas** e no **Portal ComprasPará**.

**14.13** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Belém (PA), 28 de abril de 2026.

**Felipe Coelho Picanço**  
Gerente Executivo  
Matrícula: 5945755/ 1  
Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural-NGPR

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS

PAE nº aaaa/nnnn

O QUE SERÁ CONTRATADO?

Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
1	<b>PÁ CARREGADEIRA 0 HORA DE TRABALHO</b> , com motor alimentado a Diesel; potência bruta mínima de 115 HP; peso operacional mínimo de 10.000 kg; caçamba dentada com capacidade mínima de 1,8 m3; força de desagregação da caçamba mínima de 93 kN; tanque de combustível de no mínimo 145 litros; direção hidrostática/hidráulica; alarme de ré sonoro; retrovisor; limpador de para-brisas; faróis dianteiros e traseiros; horímetro; cinto de segurança, O equipamento deverá possuir <b>garantia mínima de fábrica</b> , conforme política do fabricante, Deverá ser assegurada <b>assistência técnica autorizada em todo o território nacional</b> , com disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico durante o período de garantia.	134350-5	Und	02	R\$	R\$

2	<p><b>RETROESCAVADEIRA 0 HORA DE TRABALHO</b> Potência Operacional Mínima: 85 HP, Capacidade Mínima Carregadeira: 0,9 M<sup>3</sup>, Capacidade Mínima Escavadeira: 0,2 M<sup>3</sup>, Tração: 4 X 4, Motorização: Diesel, O equipamento deverá atender às normas técnicas e de segurança vigentes, Serão aceitas máquinas de qualquer marca ou modelo, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas, vedada a indicação de marca, em conformidade com o art. 41 da Lei nº 14.133/2021, O fornecimento deverá incluir manuais, garantia do fabricante e demais itens necessários à plena operação do equipamento, O equipamento deverá possuir <b>garantia mínima de fábrica</b>, conforme política do fabricante, Deverá ser assegurada <b>assistência técnica autorizada em todo o território nacional</b>, com disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico durante o período de garantia.</p>	200646-4	Und	01	R\$	R\$
3	<p><b>TRATOR AGRÍCOLA DE RODAS PLATAFORMADO 75CV.</b> zero hora de trabalho, Ano de fabricação 2025 ou superior, com as seguintes</p>	210641-8	Und	08	R\$	R\$

	características mínimas de trabalho: motor mecânico ou eletrônico de potência 75 cv a 1.500 rpm, mínimo 3 cilindros, à diesel, tomada de potência independente com mínimo de 540rpm, transmissão com 8 velocidades a frente e 2 a ré, direção hidráulica eixo dianteiro tipo 4x4, rodados dianteiros de 12.4 x 24 r1 e traseiros de 18.4 x 30 r1, capacidade de levantar do sistema hidráulico de no mínimo 2200 kgf, mínimo de 2 válvulas para controle remoto O equipamento deverá possuir <b>garantia mínima de fábrica</b> , conforme política do fabricante, Deverá ser assegurada <b>assistência técnica autorizada em todo o território nacional</b> , com disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico durante o período de garantia.					
4	<b>TRATOR AGRÍCOLA DE RODAS PLATAFORMADO 75CV, COM PLAINA AGRÍCOLA DIANTEIRA.</b> zero hora de trabalho, Ano de fabricação 2025 ou superior, com as seguintes características mínimas de trabalho: motor mecânico ou eletrônico de potência 75 cv a 1.500 rpm, mínimo 3 cilindros, à diesel, tomada de potência independente com mínimo de	210644-2	Und	02	R\$	R\$



	540rpm, transmissão com 8 velocidades a frente e 2 a ré, direção hidráulica eixo dianteiro tipo 4x4, rodados dianteiros de 12.4 x 24 r1 e traseiros de 18.4 x 30 r1, capacidade de levantar do sistema hidráulico de no mínimo 2200 kgf, mínimo de 2 válvulas para controle remoto; com plaina agrícola dianteira instalada e compatível com o trator, largura de operação com o mínimo 2.400mm, regulagem de inclinação vertical e horizontal. todos os implementos deverão ser entregues devidamente montados, O equipamento deverá possuir <b>garantia mínima de fábrica</b> , conforme política do fabricante, deverá ser assegurada <b>assistência técnica autorizada em todo o território nacional</b> , com disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico durante o período de garantia.					
5	<b>GRADE ARADORA</b> , com 14 discos de 26 polegadas por 6.000mm, para trator de 75 a 100cv. todos os implementos deverão ser entregues devidamente montados.	023064-2	Und	02	R\$	R\$
6	<b>GRADE ARADORA MECANIZADA (controle remoto)</b> , com 14 discos de 26 polegadas por 6.000mm, para trator	135178-8	Und	16	R\$	R\$

	de 75 a 100cv. todos os implementos deverão ser entregues devidamente montados					
7	<b>GRADE NIVELADORA</b> <b>CONTROLE REMOTO</b> de 28 discos de 22" de 4,5 mm Espaçamento entre discos 175mm, Sistema de acionamento/regulagem: controle remoto, Estrutura metálica reforçada, adequada para operação contínua em atividades agrícolas, Compatibilidade mínima: trator agrícola com potência mínima recomendada de 75 HP, ou conforme especificação do fabricante, desde que igual ou superior.	135173-7	Und	01	R\$	R\$
8	<b>PLANTADEIRA</b> , Plantadeira Adubadeira de Linha 4 linhas Com Disco Duplo 13" x 13" ou haste sulcadora para o adubo, Roda de sustentação de ferro ou de borracha, Discos cobridores ou hastes cobridoras, Transmissão com corrente de rolos – industrial, Ajuste da pressão das linhas sobre o solo, Sistemas de adubo montados no chassi, Marcadores de linha, com ou sem alavanca, Depósitos de polietileno com capacidade mínima de 50kg para adubo cada e semente 34 litros cada, resistentes à corrosão, Chassi 2800(mm),potência	135181-8	Und	01	R\$	R\$

	mínima exigida do motor: 60cv, suporte de engate ao trator: cat II. O implemento deverá ser entregue devidamente montado, O equipamento deverá possuir <b>garantia mínima de fábrica</b> , conforme política do fabricante, deverá ser assegurada <b>assistência técnica autorizada em todo o território nacional</b> , com disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico durante o período de garantia.					
9	<b>LANCHA CABINADA MOTOR 60HP</b> , Embarcação em alumínio de liga naval, soldada em chapa naval 5052H34 de 4,0mm no fundo e 3mm nas laterais medindo 7,00 m de comprimento, 1,90m de boca com pontal de 0,60cm, com borda tipo flutuante, com casaria em alumínio naval, com vidro temperado 6mm na parte frontal e nas laterais em janela de correr com vidro temperado 6mm, banco na popa com assento e encosto estofado 100mm de espessura, 06 poltronas almofadadas já instaladas, sistema de flutuação em PU expandido embutido, banco porta tanque, 07 perfis estruturais longitudinais de 25,4x3mm no fundo, 09 perfis U transversais, 02 perfis	236873-0	Und	03	R\$	R\$

<p>quebra onda em alumínio naval no costado, cantoneiras em alumínio naval, perfis de borda e reforços em alumínio naval, com console ergonômico em PRFV, 2 corrimão em tubo inox 1", liga 316, fixado nas bordas laterais, 02 guarda mancebo em tubo 1" aço inox liga 316, kit de direção instalado composto de: cabo de direção, bezel, caixa de direção, big T tipo engate rápido e, volante, instalação elétrica em cabos estanhados, painel de comandos elétricos a prova d'água instalado no console, luzes de navegação na proa e popa em led, com chave liga/desliga no painel, bomba de porão capacidade 3800lts/hora com automático, mangueira e saída de água, caixa p/ bateria, altura do espelho de popa compatível com motor, 02 reforços no costado e fundo onde será instalado motor, 04 amarradores, castelo de proa, pintura interna e externa com tinta P.U tanque de combustível para 75 litros com boia medidora, com painel elétrico de 06 botões, bomba de porão 2500gph com automático, bateria de 75A, farol de 2 cilibrim, luz de navegação, 04 luzes cortesia motor de popa de 60HP 4 tempos, 04 cilindros, rabeta</p>					
---	--	--	--	--	--

	20" a gasolina pura sem mistura de óleo, 08 válvulas, 996cc cilindradas mínimas, power trim, partida elétrica com comando a distância.					
10	<p><b>LANCHA COM MOTOR 60HP</b>, Barco em alumínio naval, soldado pelo processo MIG e TIG, confeccionado em chapa de alumínio naval liga 5052H34 de 3,17mm de espessura, medindo 6m de comprimento, com 0,52m de borda alta e 1,50m de boca, capacidade de 6 pessoas, com 03 bancos transversais com sistema de flutuação em P.U. expandido embutido, 01 banco porta tanque, 05 perfis estruturais longitudinais de 25,4x3mm em alumínio naval no fundo, 09 perfis U transversais, 02 perfis quebra onda em alumínio naval no costado, cantoneiras em alumínio naval, perfis de borda e reforços em alumínio naval, com console ergonômico em PRFV, 2 corrimão em tubo inox 1", liga 316, fixado nas bordas laterais, 02 guarda mancebo em tubo 1" aço inox liga 316, kit de direção instalado composto de: cabo de direção, bezel, caixa de direção tipo engate rápido e, volante, instalação elétrica em cabos estanhados, painel de comandos elétricos a prova d'água instalado no console, luzes de navegação</p>	218468-0	Und	01	R\$	R\$

	na proa e popa em led, com chave liga/desliga no painel, bomba de porão capacidade 3800lts/hora com automático, mangueira e saída de água, caixa p/ bateria, capota retrátil com tubos de 1" em aço inox liga 316 e cobertura em tecido náutico impermeável, altura do espelho de popa compatível com motor, 02 reforços no costado e fundo onde será instalado motor, 04 amarradores, castelo de proa, pintura interna e externa com tinta P.U. nas cores(escolhidas pela contratante), 2 logomarcas afixadas nas laterais (fornecidas pela contratante), equipado com motor de popa de 60 HP, 03 cilindros (no mínimo), refrigerado à água, partida elétrica e manual, comando remoto, 02 cabos de comando, instalado, haste de ligação em inox, tanque de combustível, chave e cópia, corta circuito, bateria 60A instalada, kit de instalação elétrica com chave geral e capota marítima.					
11	<b>MOTOR DE POPA 6,5HP COM RABETA LONGA</b> , Rabeta longa com 2,20 m fabricada com tubo em aço carbono e flange em alumínio fundido, motor à gasolina, de 4 tempos, mínimo de 6,5 HP, partida manual, com hélices de 3 pás.	210706-6	Und	300	R\$	R\$

12	<p><b>KITS DE IRRIGAÇÃO,</b></p> <p><b>1) Bomba submersa tipo Palito ou Caneta de 1/2 CV de 127 V</b>, com 3.450 rpm, vazão de 1 a 3 m<sup>3</sup>/h - Mono-fásica. Com voltagem de 127 Função: transferência, Potência de 370 w, Velocidade do motor 3.450 rpm, O fluxo máximo de água é de 3.500l/H, inclui cabo de alimentação, O comprimento do cabo de alimentação é de 1.5m, Nível mínimo de água: 11m, sua imersão máxima é de 57m, Potencia 370w; 01 unidade,</p> <p><b>2) Tubo azul PVC de 50 mm</b>, soldável, vara de 6,0 metros, PN80, 11 unidades</p> <p><b>3) Tubo PVC de 32 mm (1")</b> soldável para a saída da bomba, Vara de 6,0 metros, PN 60, 05 unidades, <b>4) Curva PVC de 32 mm</b> 01 unidade, <b>5) Redução 50 para 32 mm soldável</b> 01 unidade, <b>6) Registro de 32 mm</b> 01 unidade, <b>7) Mangueira gotejadora de 16 mm</b>, espaçadas de 30 x 30 cm, com vazão mínima de 1,6 litros/h - Rolo de 1.000 metros, 01 rolo, <b>8) Inicial com registro e porca</b> para conexão da fita de 16 mm, 20 unidades, <b>9) Chula bilabial de 16 mm</b> para conexão da inicial. 20 unidades, <b>10) Final de linha de 16 mm</b>, 20 unidades, <b>11)</b></p>	210706-6	kit	26	R\$	R\$
----	---	----------	-----	----	-----	-----



	<b>Filtro de disco Y de 1,0'</b> vazão de 3. 0001. H 120 mesch, 01 unidade.					
<b>13</b>	<b>CARRO DE MÃO 60 L</b> , com caçamba em chapa de aço galvanizado, capacidade de 60 litros, estrutura metálica com pintura eletrostática na cor preta, 1 roda com pneu e câmara de ar 3,25 x 8 polegadas, indicado para transporte manual de materiais diversos. Dimensões aproximadas: 610 x 620 x 1.600 mm.	205367-5	Und	1.000	R\$	R\$
<b>14</b>	<b>ENXADA TIPO CATARINA 1,5</b> , com lâmina em aço de alta resistência, cabo em madeira natural com comprimento aproximado de 130 cm, indicada para serviços de capina, preparo e revolvimento do solo.	210991-3	Und	1.000	R\$	R\$
<b>15</b>	<b>BOTA DE BORRACHA TIPO GALOCHA</b> , cano médio, em PVC impermeável, solado antiderrapante, classificada como EPI, com Certificado de Aprovação (CA) válido, indicada para proteção dos pés contra umidade e agentes leves. (Numeração a ser solicitada conforme demanda).	190727-1	Und	1.000	R\$	R\$
<b>16</b>	<b>ENXADÃO ESTREITO 2,5</b> , com lâmina em aço de alta resistência, indicado para	206372-7	Und	1.000	R\$	R\$

	serviços de escavação, abertura de valas e revolvimento de solo compacto. Cabo em madeira resistente, com comprimento aproximado de 130 cm.					
17	<b>ANCINHO REFORÇADO CURVO</b> , com 14 dentes em aço resistente, indicado para serviços de jardinagem, limpeza, nivelamento e ajuntamento de resíduos. Possui cabo em madeira resistente, proporcionando maior durabilidade.	134102-2	Und	1.000	R\$	R\$
18	<b>FACÃO COM LÂMINA EM AÇO CARBONO</b> , comprimento aproximado de 14 polegadas, indicado para serviços de corte, limpeza de vegetação e atividades rurais em geral.	125832-0	Und	1.000	R\$	R\$
19	<b>CAVADOR ARTICULADO MÉDIO</b> , com estrutura metálica reforçada, lâminas em aço de alta resistência e sistema articulado para maior eficiência na escavação. Indicado para abertura de covas, plantio de mudas, postes e serviços agrícolas ou de manutenção em geral.	183443-6	Und	1.000	R\$	R\$
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO**</b>						R\$

## DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

### Qual o motivo da contratação?

#### 1. Fundamentação Técnica da Necessidade

A agricultura familiar desempenha papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, sendo responsável pela produção de alimentos, geração de renda e fixação do homem no campo. Todavia, grande parte dos agricultores familiares enfrenta limitações relacionadas à baixa mecanização, dificuldades de acesso a tecnologias adequadas, precariedade da infraestrutura produtiva e desafios logísticos, especialmente em áreas rurais remotas e comunidades ribeirinhas.

As características territoriais do Estado, marcadas por extensas áreas produtivas, solos com necessidade de preparo mecanizado e ampla rede hidrográfica, demandam o uso de **máquinas pesadas da linha amarela, tratores, implementos agrícolas, equipamentos náuticos, kits de irrigação e ferramentas agrícolas**, capazes de atender de forma eficiente às diversas etapas do processo produtivo, desde o preparo do solo, plantio e manejo, até o transporte e apoio logístico.

Nesse contexto, torna-se tecnicamente necessária a aquisição de equipamentos como **pá carregadeira, retroescavadeira, tratores agrícolas de rodas plataforma de 75 cv (com e sem plaina agrícola dianteira), grades aradoras (convencional e mecanizada com controle remoto), grade niveladora com controle remoto, plantadeira, kits de irrigação**, bem como **lanchas, motores de popa e ferramentas agrícolas manuais**, de modo a assegurar condições adequadas para a execução das ações de fomento desenvolvidas pelo **Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural**.

#### 2. Justificativa da Contratação de Empresa Especializada

A contratação de empresa especializada para o fornecimento dos equipamentos justifica-se pela necessidade de garantir **qualidade técnica, padronização, segurança operacional, confiabilidade e conformidade com as normas técnicas e legais vigentes**. Empresas especializadas possuem capacidade técnica comprovada, estrutura logística adequada, experiência no fornecimento de bens de alta complexidade e oferecem garantia, assistência técnica e suporte pós-venda, elementos essenciais para assegurar a durabilidade e o correto funcionamento dos equipamentos.

A diversidade do objeto, que abrange máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas, equipamentos náuticos e ferramentas, exige conhecimento técnico

específico e gestão integrada do fornecimento, o que inviabiliza soluções fragmentadas ou improvisadas. A contratação centralizada permite maior eficiência administrativa, redução de riscos operacionais, otimização de recursos públicos e melhor relação custo-benefício.

Assim, a contratação por meio do **Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural** assegura uma solução integrada, tecnicamente adequada e alinhada às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e fortalecimento da agricultura familiar.

### **3. Justificativa da Escolha da Solução**

A escolha da solução baseada no fornecimento direto de máquinas, equipamentos e ferramentas agrícolas, por meio de empresa especializada, mostra-se a alternativa mais adequada e eficiente para atendimento das necessidades identificadas. Outras possibilidades, como a utilização de equipamentos próprios, locação ou execução direta, revelam-se insuficientes ou inadequadas diante da ausência de frota própria compatível, dos custos recorrentes de manutenção e da limitação operacional para atender simultaneamente diferentes regiões do Estado.

A aquisição dos equipamentos permite ao Programa Pará Rural dispor de bens permanentes, aptos a serem utilizados de forma continuada nas ações de fomento à agricultura familiar, garantindo maior autonomia operacional, previsibilidade no atendimento às comunidades e melhor planejamento das atividades. Ademais, a solução adotada possibilita a padronização dos equipamentos, facilitando a operação, a manutenção e o treinamento dos usuários.

Dessa forma, a solução escolhida atende plenamente aos princípios da eficiência, economicidade, interesse público e sustentabilidade, assegurando que os recursos investidos resultem em benefícios duradouros para o setor rural e para os agricultores familiares atendidos.

### **4. Impacto Esperado na Agricultura Familiar**

A disponibilização dos equipamentos objeto desta contratação terá impacto direto e positivo na agricultura familiar, promovendo a modernização das práticas produtivas, o aumento da produtividade e a melhoria das condições de trabalho no campo. A mecanização e o acesso a tecnologias apropriadas permitirão maior eficiência no preparo do solo, plantio, manejo, irrigação e colheita, reduzindo perdas e aumentando a capacidade produtiva das unidades familiares.

Os **equipamentos náuticos**, como lanchas e motores de popa, são essenciais para garantir o atendimento a comunidades ribeirinhas e de difícil acesso, facilitando o transporte de insumos, equipamentos e produção agrícola, além de fortalecer a integração territorial. As **ferramentas agrícolas e equipamentos de apoio** contribuem para melhores condições de trabalho, maior segurança e autonomia dos agricultores.

Como resultado, espera-se o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de renda, a promoção da segurança alimentar, a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e ribeirinhas atendidas, em consonância com os objetivos do Programa Pará Rural e com o interesse público.

#### NATUREZA DO BEM

☒ Comum.

☐ Especial.

#### PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM

Haverá prova de  
qualidade?

☐  
Sim.

☒ Não.

O edital exigirá  
amostra?

☐  
Sim.

	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
Haverá garantia do bem?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia dos bens indicados nos itens de <b>01 a 19</b> por, no mínimo, 12 meses, a partir do seu recebimento pela contratante.
	<input type="checkbox"/> Não.
Haverá assistência técnica?	<input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens <b>X e Y</b> , durante <b>N</b> meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meio de empresa credenciada contratada por ele</i> , sem custo para a administração pública.
	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens de <b>01 a 19</b> , durante 12 meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meios próprios</i> , sem custo para a administração pública.
	<input type="checkbox"/> Não será prestada assistência técnica em relação aos itens <b>X e Y</b> .
<b>CRITÉRIOS DE SELEÇÃO</b>	
forma de contratação	<input type="checkbox"/> <b>Inexigibilidade</b> de licitação, com fundamento no art. 74, <b>Y</b> , da Lei Federal nº 14.133/21.
	<input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação em razão do <b>valor*</b> , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.
	<input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação, com fundamento no art. 75, <b>Y</b> , da Lei Federal nº 14.133/21.
	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.
	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.

critério de julgamento	<input type="checkbox"/> Maior desconto.	
O orçamento estimado é sigiloso?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p><b>Justificativa para a Utilização do Orçamento Sigiloso em Licitações de Acordo com a Lei nº 14.133/2021</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li><b>Preservação da Competitividade:</b> A manutenção do orçamento estimado em sigilo visa garantir a competitividade do certame. Quando os valores previstos para a contratação são divulgados previamente, existe o risco de que os licitantes ajustem suas propostas ao valor máximo permitido, eliminando a verdadeira competição e impedindo que a administração pública obtenha a proposta mais vantajosa. O sigilo do orçamento estimado estimula os participantes a apresentarem suas melhores ofertas, baseadas em suas próprias estimativas de custos, capacidades e margens de lucro, promovendo um ambiente de concorrência saudável e real.</li><li><b>Evitar Cartelização:</b> A divulgação prévia do orçamento pode facilitar a formação de cartéis entre os participantes, que podem combinar entre si para apresentar propostas alinhadas ao valor máximo permitido. O sigilo do orçamento impede que os licitantes conheçam antecipadamente o limite orçamentário, dificultando a coordenação de ações colusivas e favorecendo a apresentação de propostas independentes e competitivas.</li><li><b>Proteção dos Recursos Públicos:</b> Ao manter o orçamento em sigilo, a administração pública protege seus recursos ao evitar que as empresas inflacionem seus preços até o limite do valor estimado. Essa prática garante que o processo licitatório resulte em propostas mais realistas e potencialmente mais econômicas, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e responsável.</li><li><b>Incentivo à Qualidade das Propostas:</b> O sigilo do orçamento força os licitantes a fundamentarem suas propostas com base em análises de mercado, custos de produção e eficiência operacional. Isso pode levar à apresentação de propostas tecnicamente mais robustas e inovadoras, uma vez que as empresas buscam diferenciar-se não apenas pelo preço, mas também pela qualidade e viabilidade de suas soluções.</li></ol>



		<p>5. <b>Redução de Riscos de Manipulação e Fraudes:</b> A divulgação do orçamento pode suscitar tentativas de manipulação e fraudes no processo licitatório. O orçamento sigiloso minimiza esses riscos, dificultando que informações privilegiadas sejam usadas para influenciar indevidamente o resultado da licitação.</p> <p>6. <b>Apoio Legal e Normativo:</b> A nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) prevê expressamente a possibilidade de manutenção do orçamento sigiloso em determinadas situações. Essa previsão legal é um instrumento importante para que a administração pública possa adotar medidas que assegurem a integridade e a eficiência dos processos licitatórios.</p>	
	<input type="checkbox"/> Não.		
<p><b>Critério para a proposta ser aceita</b></p>	<p>A proposta deve observar os <b>valores unitários e global máximos</b> aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado*.</p> <p>* Se o orçamento estimado for <i>sigiloso</i>, o licitante não saberá os valores unitários e global máximos, razão pela qual o critério de aceitabilidade do preço também será considerado “<i>sigiloso</i>” para todos os fins.</p>		
<p>Há itens com participação exclusiva para microempresas e empresa de pequeno porte?</p>	<input type="checkbox"/> Sim.	<p><b>Indicar os itens:</b> (Indicar os itens).</p>	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.		
<p><b>REQUISITOS DA CONTRATADA</b></p>			
<p>Será exigida habilitação técnica?</p>	<input type="checkbox"/> Sim.	<p><b>Qual?</b></p>	
		<p><b>Por quê?</b></p>	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.		
	<input type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para		<p><b>Justificativa:</b></p>

<p><b>Qualificações técnicas exigidas</b></p>	<p>o cumprimento da futura obrigação contratual.</p>	
	<p><input checked="" type="checkbox"/> Declarações de origem, certificado de garantia do fabricante, entre outros documentos que comprovem a autorização e originalidade dos produtos.</p>	<p>Para garantir a autenticidade, a qualidade e a rastreabilidade dos produtos fornecidos, serão exigidos dos fornecedores os seguintes documentos e declarações que estabeleçam vínculo direto com os fabricantes:</p> <p><b>1. Declaração de Origem e Autenticidade</b></p> <p>Documento emitido pelo fabricante confirmando que o produto é original e atende às especificações técnicas previstas no Termo de Referência.</p> <p><b>Importância:</b> Evita aquisição de produtos falsificados ou de procedência duvidosa, assegurando conformidade técnica.</p> <p><b>2. Certificado de Garantia do Fabricante</b></p> <p>Documento formal que assegure cobertura contra defeitos de fabricação pelo período mínimo estipulado no contrato.</p> <p><b>Importância:</b> Garante suporte técnico e reposição em caso de falhas, protegendo o investimento.</p> <p><b>3. Declaração de Vínculo Comercial</b></p> <p>Documento que comprove a relação direta entre fornecedor e fabricante, garantindo que os produtos não sejam adquiridos de terceiros sem autorização.</p> <p><b>Importância:</b> Assegura transparência na cadeia de fornecimento e reduz riscos de produtos sem garantia.</p> <p><b>4. Autorização para Comercialização</b></p> <p>Documento emitido pelo fabricante autorizando o fornecedor a comercializar os produtos.</p> <p><b>Importância:</b> Confirma que o fornecedor é</p>

credenciado, evitando intermediários não autorizados.

### 5. Certificação de Qualidade

Certificados como ISO 9001 ou equivalentes, ou declaração do fabricante atestando que os processos seguem padrões de qualidade reconhecidos.

**Importância:** Demonstra que os produtos foram fabricados sob normas técnicas e padrões internacionais.

### 6. Manual Técnico e Termo de Responsabilidade

Entrega do manual técnico do equipamento e termo de responsabilidade pelo cumprimento das normas de segurança e desempenho.

**Importância:** Facilita operação correta e manutenção preventiva, garantindo durabilidade.

### 7. Nota Fiscal com Identificação do Fabricante

A nota fiscal deve conter informações que permitam identificar claramente o fabricante.

**Importância:** Assegura rastreabilidade e comprovação legal da origem do produto.

Essas exigências criam um vínculo formal entre fornecedor e fabricante, garantindo que os produtos sejam originais, com procedência comprovada e suporte técnico adequado. Isso reduz riscos de aquisição de equipamentos sem garantia, assegura conformidade com normas de qualidade e protege o investimento público ou privado, evitando prejuízos futuros.

A exigência de documentos que comprovem vínculo entre fornecedor e fabricante é **legalmente permitida** e amplamente utilizada em processos de compras públicas e privadas no Brasil, desde que esteja prevista no **Termo de Referência ou Edital** e respeite os princípios

☒ **Registro na entidade profissional competente.**

da **Lei nº 14.133/21** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

#### **Base Legal**

- **Art. 42 da Lei 14.133/21:** Permite exigir documentação técnica que comprove a capacidade do fornecedor e a conformidade do produto.
- **Princípios da Legalidade, Impessoalidade e Eficiência:** Justificam a exigência para evitar produtos falsificados ou sem garantia.
- A Administração pode estabelecer **requisitos técnicos mínimos** para garantir que os bens adquiridos sejam originais, tenham procedência comprovada e ofereçam suporte técnico.
- Exigir **declaração do fabricante, certificado de garantia e vínculo comercial** não restringe a competitividade de forma indevida, desde que seja **justificado tecnicamente** no Termo de Referência.

#### **Importância**

Essas exigências:

- Protegem o investimento público ou privado.
- Garantem rastreabilidade e qualidade.
- Evitam prejuízos por produtos falsificados ou sem assistência técnica.

Para os itens:09 e 10.

**Justificativa:** A obtenção do registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e da licença de operação ambiental

do fabricante são passos fundamentais no processo de construção de embarcações, especialmente considerando os aspectos técnicos, de segurança e ambientais envolvidos nesse setor. Abaixo, apresento uma justificativa detalhada para a importância desses requisitos:

1. **Garantia de Qualidade e Segurança**

**Técnica:** O registro no CREA assegura que os profissionais envolvidos na concepção, projeto e construção da embarcação possuem a qualificação técnica necessária para desempenhar suas funções. Isso é essencial para garantir que o processo de fabricação atenda aos mais altos padrões de qualidade e segurança, desde a seleção dos materiais até a execução do projeto.

2. **Conformidade com Normas e Regulamentações**

O registro no CREA também está associado à conformidade com normas técnicas e regulamentações específicas do setor. Isso inclui o cumprimento de padrões de engenharia naval, que são essenciais para garantir a integridade estrutural e o desempenho adequado da embarcação em diferentes condições operacionais.

3. **Responsabilidade Profissional:** Ao exigir o registro no CREA, busca-se também promover a responsabilidade profissional dos engenheiros e técnicos envolvidos no processo de construção. Isso implica na assunção de responsabilidades éticas e legais relacionadas ao projeto e à execução da obra, contribuindo para a mitigação de riscos e a prevenção de acidentes.

4. **Preservação Ambiental:** A obtenção da licença de operação ambiental do

☒ **Autorização da Capitania dos Portos**

fabricante é um requisito crucial para garantir que a construção da embarcação seja realizada de forma sustentável e respeitando o meio ambiente. Essa licença envolve a avaliação e o controle dos impactos ambientais gerados pelo processo de fabricação, incluindo o manejo adequado de resíduos, o uso responsável de recursos naturais e a minimização da poluição.

- 5. Cumprimento de Requisitos Legais:** Além de ser uma exigência ética e moral, a obtenção do registro no CREA e da licença de operação ambiental do fabricante é frequentemente uma exigência legal. Em muitos países, a legislação vigente estabelece a necessidade de tais documentos para autorizar a construção e operação de embarcações, visando proteger tanto a segurança pública quanto o meio ambiente.

Em suma, a justificativa para comprovar o registro no CREA e a licença de operação ambiental do fabricante na construção de embarcações reside na necessidade de garantir a qualidade técnica, a segurança, a conformidade legal e o respeito ao meio ambiente ao longo de todo o processo de fabricação. Esses requisitos são essenciais para assegurar a integridade das embarcações, a proteção dos recursos naturais e a sustentabilidade do setor naval.

A exigência de apresentar a Autorização da Capitania dos Portos para a construção de barcos é uma medida de grande relevância, que está diretamente relacionada à segurança, legalidade e sustentabilidade das atividades náuticas.

Primeiramente, a autorização garante que os barcos sejam construídos de acordo com as normas técnicas e regulamentações marítimas estabelecidas no Brasil. Essas diretrizes são fundamentais para assegurar que a embarcação seja projetada e construída de maneira segura, minimizando o risco de acidentes e preservando vidas humanas. A Capitania dos Portos, como órgão da Marinha do Brasil, possui o conhecimento técnico necessário para avaliar e aprovar os projetos, garantindo que estejam em conformidade com os padrões nacionais e internacionais.

Além disso, a autorização desempenha um papel crucial no combate à construção irregular ou clandestina de embarcações. Ao exigir a aprovação formal, o processo fomenta a legalidade, assegurando que todas as embarcações construídas estejam devidamente registradas e licenciadas. Isso contribui também para a organização do tráfego marítimo e fluvial, uma vez que facilita a fiscalização e o controle de embarcações em operação.

Outro ponto relevante é o impacto ambiental. A construção de barcos deve seguir critérios que reduzam os danos ambientais, como a contaminação da água e a destruição de habitats naturais. A Capitania dos Portos pode avaliar projetos sob essa perspectiva, incentivando práticas sustentáveis e responsáveis.

Por fim, essa autorização reforça a responsabilidade social dos construtores e proprietários de embarcações. Ao seguir o processo de aprovação, eles demonstram compromisso com a segurança, a legalidade e o meio ambiente, valores essenciais para o desenvolvimento sustentável das atividades marítimas e fluviais.



			Portanto, a apresentação da Autorização da Capitania dos Portos não é apenas um procedimento burocrático, mas sim uma medida essencial para a proteção de pessoas, do meio ambiente e do próprio setor náutico.
	<input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.		<b>Justificativa:</b>
	<input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial.  <b>Especificar:</b> <i>(Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</i>		<b>Justificativa:</b>
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.		
<b>Há critério de sustentabilidade?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.	<b>Especificar:</b> <i>(Indicar o critério).</i>	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.		
<b>Há riscos a serem assumidos pela contratada?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.	<b>Especificar:</b>	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.		

## FORMA DE ENTREGA DO BEM

<b>Como o bem deve ser entregue?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, conforme edital.
	<input type="checkbox"/> O bem deve ser entregue em <b>X</b> parcelas, sendo a 1ª em até <b>Y</b> dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com <b>Z</b> dias de antecedência.
<b>local e hora da entrega do bem</b>	O bem deve ser entregue no galpão da contratante, cujo endereço é <b>Rua da Pedreirinha, S/N, CEP:67.110-280 (referência: ao lado da EMEF Prof. Lúcia Wanderley), em horário comercial de 09:00 às 17:00hrs</b>
<b>Prazo máximo de validade</b>	O prazo de validade na data da entrega não poderá ser menor que 12 meses, conforme prazo total recomendado pelo fabricante.

## PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO

<b>Prazo do contrato</b>	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).	
	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.	
<b>Haverá possibilidade de prorrogação?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> Não.	
<b>Forma de pagamento</b>	<b>Meio</b>	Nota de Empenho
	<b>Onde?</b>	Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará ou outras entidades bancárias.
	<b>Qual o prazo?</b>	Até <b>30</b> dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.

	<p><b>Prova da regularidade fiscal</b></p>	<p>A regularidade fiscal pode ser provada:</p> <p>1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante.</p> <p>ou</p> <p>2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.</p>
Qual a garantia do contrato?	<input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato.	<p><b>Justificativa:</b></p>
	<input checked="" type="checkbox"/> Não há.	<p><b>Justificativa:</b> A dispensa de garantias contratuais pode resultar em uma redução dos custos totais da aquisição, uma vez que os fornecedores não precisam incluir os custos adicionais de garantia em suas propostas. A ausência de garantia de contrato pode aumentar a competitividade entre os fornecedores, incentivando a participação de um maior número de empresas no pregão eletrônico e possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas.</p>
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Dados orçamentários da contratação	Funcional Programática:	
	Elemento de Despesa:	
	Fonte do Recurso:	
	<p><b>Obs:</b> Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.</p>	

---

Belém (PA), 28 de abril de 2026.

---

**Christian da Natividade Gonçalves**  
Gerente Técnico – NGPR  
Matrícula 5911150/5

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

**Anexo II**

**Minuta de Termo de Contrato**

**CONTRATO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL NºXXXX/2024**

(Modelo de aquisição de bem comum)

PAE nº aaaa/2024

**RESUMO**



**CONTRATANTE**

**Estado do Pará** | Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural  
CNPJ nº 07.825.502/0001-09

**CONTRATADO**

**Nome da pessoa física**

CPF nº xxx.xxx.xxx-xx.

ou

**Nome da razão social da pessoa jurídica**

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.



**OBJETO**

Aquisição de [inserir descrição resumida da contratação],  
constantes nos itens **a, b, c e d** do TR.



**ENTREGA**

*Forma* Em parcela única.

*Prazo* **X dias corridos** após a emissão da nota de empenho.

*Local* **Rua da Pedreirinha, S/N, CEP:67.110-280 (referência: ao lado da EMEF Prof. Lúcia**

**NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL**

**Wanderley), em horário comercial das 09:00 às 17:00hrs.**

**VALOR TOTAL**

R\$ xxx.xxx,xx.

**REAJUSTE**

*Índice*    ☐ IPCA    ☐ INPC    ☐ INCC    ☐ IGPM

*Período*    A cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa** (data do orçamento estimado).

**PAGAMENTO**

*Forma*    Ordem bancária.

*Prazo*    **X dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

**FISCALIZAÇÃO**

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor]. (Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do contrato).

**VIGÊNCIA**

*Prazo*    **X meses**.

*Início*    **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

*Fim*    **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).



**NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL**

**CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

**CLÁUSULA 1**

**Partes**

Este contrato tem como PARTES:

**CONTRATANTE**

**ESTADO DO PARÁ**, por intermédio de Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural, CNPJ nº 07.825.502/0001-07, com sede na Travessa Apinagés, nº 270 Batista Campos, Belém – Pará CEP. 66.033-170, neste ato representado pelo Felipe Coelho Picanço Gerente Executivo.

**NOME DA PESSOA FÍSICA**, RG nº xxxxx PC/UF e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

*ou*

**CONTRATADO**

**NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA**, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [NOME DO REPRESENTANTE DA PJ], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

**CLÁUSULA 2**

**Fundamento legal**

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº nnnn/aaaa** (*ou contratação direta* por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**) constante no PAE nº aaaa/nnnn e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21 (se for dispensa de licitação, deve-se indicar o art. 75 e o inciso que fundamenta a contratação).

**CLÁUSULA 3**

**Objeto**

**3.1** O objeto da contratação é a **aquisição de [inserir descrição resumida dos bens adquiridos]**, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.



## NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

**3.2** Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor (em caso de contratação direta, substituir o trecho destacado por “ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta”), e aos anexos desses documentos.

**3.3** Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	Preço unit	Qtd	Total
1	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
2	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
3	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
4	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 0,00

### CLÁUSULA 4

#### Entrega dos bens

As condições de entrega e recebimento dos bens adquiridos são aquelas previstas no Termo de Referência.

### CLÁUSULA 5

#### Preço

O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

### CLÁUSULA 6

#### Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **[inserir ano da contratação]**, na classificação abaixo:

## NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

<b>Gestão/Unidade</b>	XXXXXXXXXX.
<b>Fonte</b>	XXXXXXXXXX.
<b>Programa de Trabalho</b>	XXXXXXXXXX.
<b>Elemento de Despesa</b>	XXXXXXXXXX.
<b>Plano Interno</b>	XXXXXXXXXX.

### CLÁUSULA 7

#### Reajuste

---

**7.1** O contrato será reajustado pelo **[indicar o índice]**.

**7.2** É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa** (inserir data do orçamento estimado).

**7.3** O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

**7.4** O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

**7.5** O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

**7.6** O reajuste será realizado por *simples apostila*.

**7.7** No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**7.8** Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

**7.9** Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

### CLÁUSULA 8

#### Pagamento

---

**8.1** O pagamento será realizado em **x dias corridos** (inserir o número de dias conforme o Termo de Referência), a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

## NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

**8.2** O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

**Banco** Banpará.

**Agência** XXXX-X.

**Conta** XXXXXX-X.

**8.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

**8.4** Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

**8.5** A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

**8.6** A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

**8.7** A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

**8.8** Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

**8.9** A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

**8.10** Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

**8.11** Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será susado automaticamente.

## NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

**8.12** A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

**8.13** O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

**8.14** O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

### CLÁUSULA 9

#### Garantia de cumprimento contratual

☐ **9.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

☐ **9.1** O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

**9.2** A garantia corresponderá a **x%** (de acordo com o Termo de Referência) do valor atualizado do contrato.

**9.3** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados são:

**Banco** Banpará.

**Agência** XXXX-X.

**Conta** XXXXXX-X.

**9.4** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

**9.5** No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

**9.6** Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **x dias úteis** (inserir número de dias), a contar de sua notificação.

## NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

**9.7** O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação.

**9.8** A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.

**9.9** Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

**9.10** A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de **x dias úteis** (conforme Termo de Referência), no mínimo.

### CLÁUSULA 10

#### Obrigação das partes

---

**10.1** O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

**10.2** O CONTRATADO tem a obrigação de:

### NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

- a. Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência, acompanhado do manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostas pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- d. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- h. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
  - 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
  - 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
  - 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
  - 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
  - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  - 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.

## NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

- i. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- j. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

### CLÁUSULA 11

#### Responsabilidade por danos

---

**11.1** A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

**11.2** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

**11.3** O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL**

**CLÁUSULA 12**

**Infrações e sanções administrativas**

**12.1** Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	<b>Advertência*</b>
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Impedimento de licitar e contratar</i> ”.
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	<b>Impedimento de licitar e contratar*</b>  * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i> ”.
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	

**NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL**

- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Declaração de inidoneidade  
para licitar e contratar**

**12.2** O atraso superior a **x dias corridos** (inserir o número de dias) autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.3** A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**12.4** As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
Moratória	Compensatória
a. <b>x%</b> (inserir o percentual) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de <b>x dias corridos</b> (inserir o número de dias).	<b>x%</b> (inserir o percentual) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.
b. <b>x%</b> (inserir o percentual) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de <b>x dias corridos</b> (inserir o número de dias) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.	

## NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

**12.5** Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

**12.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

**12.7** Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

**12.8** A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.9** A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.10** As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

**12.11** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.12** No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções

## NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**12.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

## CLÁUSULA 13

### Alterações do contrato

**13.1** As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

**13.2** Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

**13.3** As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**13.4** Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

**13.5** Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

## CLÁUSULA 14

### Extinção do contrato

**14.1** O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

**14.2** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

**14.3** Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

## NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

**14.4** Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

### CLÁUSULA 15

---

#### Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

### CLÁUSULA 16

---

#### Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

### CLÁUSULA 17

---

#### Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

### CLÁUSULA 18

---

#### Divulgação e publicação

**18.1** O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

**18.2** Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

**NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL**

**CLÁUSULA 19**

**Vigência**

**19.1** O contrato terá vigência de **x meses** (inserir prazo), com início em **dd/mm/aaaa** (inserir data) e término em **dd/mm/aaaa** (inserir data).

**19.2** Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

**19.3** Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

**CLÁUSULA 20**

**Foro**

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

**Belém (PA), 28 de abril de 2026.**

**FELIPE COELHO PICAÑO**

Gerente Executivo  
*Contratante*

**NOME DO CONTRATADO**

Nome do representante, se não for PF  
*Contratado*

**NOME DA TESTEMUNHA**

RG: xxxxxxxx PC/UF  
CPF: xxx.xxx.xxx-xx  
*Testemunha*

**NOME DA TESTEMUNHA**

RG: xxxxxxxx PC/UF  
CPF: xxx.xxx.xxx-xx  
*Testemunha*